

ARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO

ASSUNTO: PARECER JURÍDICO QUANTO À POSSIBILIDADE DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA MEDIANTE DISPENSA LICITATÓRIA

À Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa fora encaminhado expediente emitir parecer técnico no tocante à possibilidade de contratação de empresa especializada em fornecimento de gás de cozinha mediante dispensa licitatória.

Assim consta no expediente remetido pela Presidência:

Senhora Procuradora, Aportou-se a esta Presidência processo referente a Contratação de empresa especializada em fornecimento de Gás de Cozinha - GLP, com a finalidade de suprir as demandas de funcionamento desta Casa de Leis. Neste sentido, encaminho aos setores técnico e jurídicos, aos quais opniem pela possibilidade e devida legalidade nos atos administrativos referente a contratação.

Neste cenário, solicita manifestação jurídica desta Procuradoria.

Pois bem. Inicialmente, insta salientar que o parecer jurídico em processos administrativos possui o objetivo apenas de analisar os pressupostos de legalidade das solicitações e atos administrativos, sempre avaliando a correlação dos atos administrativos do processo com a legislação vigente, ficando sempre a cargo do gestor público a conveniência da realização do ato.

Cumprе ressaltar que o conteúdo abaixo delineado, trata-se de parecer técnico-jurídico, ou seja, tem caráter opinativo.

Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador. (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello - STF.)

Neste sentido cabe a ressalva técnica que ao gestor público é livre a condução da

Administração Pública, subordinando-se, contudo, às vertentes das normas de regência, em especial, aos Princípios Constitucionais do Direito Administrativo, sem desclassificar a presente peça como opinião técnica quanto à regularidade legal do procedimento, desvinculadas das finalidades que os justificam e tendo por base o próprio procedimento, inclusive as declarações, autorizações, determinações e demais atos nele presentes.

Cabendo, dessa maneira, ao gestor proceder com os demais atos conforme sua conveniência. Além disso, é imprescindível constar-se que a administração pública exerce o seu papel sob o manto da Legalidade que, conforme reza art. 37 da Carta Magna, norteia a execução de todo ato administrativo exarado:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte.

Isto é, a Administração Pública está inserta dentro da estrita legalidade, no qual somente pode realizar àquilo que está expressamente previsto sob o prisma da lei.

Feitas tais considerações, é de rigor observar que o enquadramento da modalidade licitatória cabível na contratação em análise foi devidamente efetivado pela CPL, que assim se manifestou:

Os Autos almejando procedimento licitatório foram instaurados com a abertura de processo devidamente motivado, autuado, contendo indicação de previsão orçamentaria do recurso próprio para a despesa conforme eDOC 410FACD8, e DOC 4FE1001A, e DOC 7AB743C0, e DOC B3DC2760, exigido pelo Lei Geral de Licitações e Contratos (LGL - LF nº 14.133/21. O objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplência, com fixação de prazos para fornecimento, foram devidamente previstas no seu Termo de Referência e anexos e DOC 7AB743CO, o de acordo conforme e DOC 7AB743CO A Divisão de Compras e Instruções Processuais - DCIP, por sua chefe Rosália Gomes da Costa, eDOC 490E20B3, e seus anexo, bem como certificou que os preços para contratação, é conforme solicitação eDOC 435CD611 e estão compatíveis com aqueles praticados conforme e estão compatíveis com aqueles praticados conforme publicação no portal da Câmara via recebimento de Proposta através e-mail: compras@portovelho.ro.leg.br DOC 882728C2-e., e DOC DF739486, e DOC 02C2D336, e DOC D41445919, e DOC B5680FF3. Considerando, a previsão da existência do valor estimado, bem como a indicação conforme recursos no e DOC 0A68D225., pela Divisão de Orçamento, para o pretense contrato do mencionado objeto. De acordo com o e DOC 83D276F, fica estimado para o pretense contrato o valor de R\$ 5.120,00 (cinco mil cento e vinte reais). A Lei nº 14.1333, de 1º de abril de 2021, nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, aumentou expressivamente os valores limites para contratação por dispensa de licitação, estando disciplinado pelo artigo 75 da referida lei. Nesse cenário estão inseridas as contratações diretas em razão do baixo valor, aquelas cujos valores devem ser inferiores aos previstos no art. 75, incisos I e II

da Lei nº 14.133/2021 (atualizados pelo Decreto nº 12.343/2024, os quais autorizam a dispensa de licitação que entra em vigor em janeiro de 2025: ? contratação que envolva valores inferiores a R\$ 125.451,15, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; e ? para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59, no caso de outros serviços e compras. Para efeitos do fluxo procedimental ora disponibilizado, também serão consideradas contratações diretas em razão do baixo valor, as inexigibilidades de licitação (art. 74), cujos valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, observada a natureza da contratação. Nos casos de dispensa de licitação (art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021), cumpre destacar que: Art. 75. É dispensável a licitação: [...] § 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados: I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade. 1. Os demais procedimentos de Legalidade e Conformidade do Ato (Parecer Jurídico e da Controladoria Geral, respectivamente) deverão ser apreciados como ferramentas complementares de transparência nos atos e gastos públicos. 2. Em síntese, opinamos s.m.j. pela pretensa aquisição do mencionado objeto em decorrência do objeto comum e valor, na modalidade de dispensa licitação, Lei Geral de Licitações e Contratos (LGL - LF nº 14.133/21, Lei Complementar 123/2006). 3. Contudo, cabe unicamente ao Ordenador da Despesa deliberar quanto à autorização (ou não) na modalidade no enquadramento nos termos das mencionadas normas.

Como bem observado pela CPL, considerando o valor e as especificações da despesa a ser contratada, a lei permite a aquisição mediante dispensa licitatória, motivo pelo qual, coadunando com o entendimento, entendemos pela possibilidade jurídica da contratação na modalidade licitatória apontada, desde que observados os requisitos legais próprios à espécie.

É o Parecer, s.m.j.

Porto Velho, 23 de Julho de 2025.

CRISTIANE SILVA PAVIN

PROCURADORA GERAL CMPV



Assinado por **Cristiane Silva Pavin** - Procuradora Geral - Em: 23/07/2025, 11:55:24